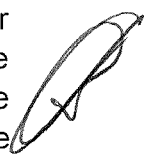


## ATA 08/2022

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e dois às dez horas, estiveram reunidos nas dependências da Colombo Previdência os membros do Comitê de Investimentos presidida pelo Senhor Giovani Corletto, contando com a presença de Wilton Luiz Carrão, Aleksandra do Carmo Ullmann, Riolando Fransolino Júnior (Presidente do Conselho Fiscal) e consultora Samanta Zaniquelli da Consultoria de Investimentos Crédito e Mercado. Giovani inicia a reunião passando a palavra para Samanta para que seja apresentado o esboço da Política de Investimentos para dois mil e vinte três da Autarquia Colombo Previdência já de acordo com a nova portaria do ministério do trabalho e da previdência, número, um mil quatrocentos e sessenta e sete de dois mil e vinte e dois. Samanta começa explicando que a Política é obrigatório por ato normativo pela Secretaria de Previdência e deve ser disponibilizada para Secretaria da previdência através do DPIN (Demonstrativo da Política de Investimentos), tendo como objetivos possuir regras, procedimentos e controles. Explica sobre a Categorização do RPPS junto a Comissão de Valores Mobiliários, que certifica a autarquia como investidor qualificado por possuir recursos acima de dez milhões de reais aplicados e ter aderido a certificação do Pró Gestão Nível I. Wilton pergunta sobre a validade do pró gestão e Giovani também pergunta a partir de quando devemos realizar a renovação do Pró Gestão, Samanta responde que pode começar a partir de Abril de dois mil e vinte e dois tendo em vista que vence em Outubro de dois mil e vinte dois. Samanta explica sobre a estrutura de gestão que está enquadrada como gestão própria. Wilton pergunta se a consultoria Crédito e Mercado se enquadra como gestão mista e ela responde que não se enquadra, sendo a Crédito e Mercado é consultoria de valores mobiliários, diferente de consultoria financeira, Wilton ainda pergunta quantos clientes da consultoria realizam a gestão própria, e Samanta relata que aproximadamente noventa e oito por cento dos RPPS realizam a própria gestão e ainda fala que não é aconselhável a realização da gestão mista ou terceirizada. Samanta explica sobre Órgão de execução e explica também que consultoria de valores mobiliários foi incluída na política de investimentos conforme determina a portaria um mil quatrocentos e sessenta e sete de dois mil e vinte e dois, e como deve se portar perante ao RPPS e deve se enquadrar dentro das norma estabelecidas pela Secretaria da Previdência e da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e que a consultoria Crédito e Mercado atualmente está enquadrada dentro das solicitações da secretária de previdência. Explica também sobre a aplicação de recursos e quem pode estar realizando estas aplicações. Na sequência Samanta explica como funciona o Método de Rentabilidade e Wilton pergunta quantos RPPS atingiram a meta de rentabilidade, Samanta responde que nos últimos dois a três anos nenhum dos clientes da consultoria atingiu a meta atuarial, Samanta ainda passa a explicar passo a passo sobre a tabela de alocação e sua importância, pois toda e qualquer movimentação da carteira deve estar atrelada a Política de Investimentos, caso contrário passa a ser desenquadrada junto a Secretária de



Previdência. Giovani comenta na parte de Fundos de Créditos Privados o qual a Autarquia já sofreu com este tipo de investimento e Samanta fala que entende. Sobre o crédito consignado foi incluído na política, porém não foi deixado como obrigatório tendo em vista que ainda está subjetivo. Assim, são discutidos e definidos os limites inferior, estratégia alvo e limite superior para cada segmento de renda fixa, renda variável e exterior. Samanta explica sobre o estudo do ALM que consiste em compatibilizar a estratégia de investimentos da carteira com o fluxo de receitas/despesas previdenciárias, atuarialmente projetado, para saber qual o vencimento melhor para a carteira do RPPS e qual o percentual da carteira que irá alocar nesse tipo de investimento. Samanta fala do novo relatório relativo ao Plano de Custeio que é uma proposta para equacionar o plano de custeio, e Giovani pergunta quem faria isso, Samanta responde que a consultoria já está realizando, Wilton pergunta aonde eles estão retirando informações do ente e Samanta responde que é através do SICONFI, Wilton pergunta se este relatório é o estudo de monetização e a consultora responde que não, pois é um relatório orçamentário e financeiro, porém é uma porta de entrada deste estudo. Na sequência a consultora fala sobre a política de transparência que é a forma de passar as informações tanto para os servidores e conselheiros quanto para a população em geral, por meio de publicação no site ou em audiências públicas e outros meios. Também comenta que o processo de credenciamento só alterou o prazo de validade que passa a ser de vinte e quatro meses. Quanto a precificação do ativo foi obrigado a incluir na política através da portaria um mil quatrocentos e sessenta e sete de dois mil e vinte e dois do ministério do trabalho, o qual explica como é feito o cálculo da rentabilidade. Explica como Política de acompanhamento e avaliação deve ser realizada através de relatórios disponibilizados pela consultoria no decorrer dos meses. Também explica sobre o Plano de contingência e quando deve ser realizado, Giovani pergunta se os repasses que entram do Ente deve ser aprovado pelo conselho para fazer a movimentação diária, Samanta informa que não é obrigatório, porém indica que não haja questionamentos futuros, para que seja aprovado em ata que essas movimentações sejam aplicadas fundos líquidos D zero e de preferência como instituições como a Caixa Econômica Federal, Giovani comenta que isso já foi realizado anteriormente. A consultora ainda relata sobre o controle interno ser de importância junto ao conselho fiscal. Wilton ainda questiona porque o prefeito assina política em conjunto sendo que a autarquia tem autonomia nos investimentos, Samanta não soube responder o porquê e diz que é normativa que deve ser seguida. Giovani pergunta se todos aprovam a política. Todos concordam em unanimidade pela aprovação, e na sequência fará o encaminhamento ao Conselho Deliberativo para apreciação e aprovação. Giovani pede para que a consultora faça uma breve explanação da carteira de investimentos do RPPS, a qual fala que a rentabilidade de Outubro de dois mil e vinte e dois foi de cinco, vírgula oitenta e dois por cento no acumulado no ano e dois vírgula setenta e um por cento no mês. Wilton fala que essa rentabilidade citada é uma das maiores desde dois mil e dezessete, Giovani ainda pergunta sobre a recomendação da consultoria para algum tipo de movimentação na Carteira da Colombo Previdência, tendo em vista que o Consultor Renan sugeriu a aplicação de vinte milhões em títulos públicos NTBs 2032 e 2026 e Samanta concorda com a recomendação e diz que no momento é o melhor a

se fazer, onde fica aprovado por todos do comitê a realização de compra de dez milhões em NTBs dois mil e vinte e seis e dez milhões NTBs dois mil e trinta e dois sendo que para a realização da compra serão resgatados R\$ 10 milhões de reais do fundo Caixa Brasil IDKA IPCA2 RF LP e R\$ 10 milhões de reais do fundo Caixa Brasil TP RF. Giovani pergunta se todos leram a minuta da ata e parecer de Setembro que o mesmo enviou, todos dizem que sim e aprovam o relatório e ata referente ao mês de Setembro de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada as onze horas e cinquenta minutos sendo essa ata lavrada por mim Giovani Corletto e assinada pelos demais.

